

escalação 1, índice 269, da respectiva categoria. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 2007. — Pelo Presidente, a Vice-Presidente, *Inês Rosa*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos
Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 2185/2007

Por despacho de 19 de Janeiro de 2007 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados pelo despacho n.º 20 097/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 21 de Setembro de 2005, e após parecer da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública de 11 de Janeiro de 2007, confirmativo dos respectivos pressupostos, foi Joaquim Manuel Coutinho Alves Ferreira, reverificador assessor da carreira técnica superior aduaneira, promovido a reverificador assessor principal da mesma carreira, em resultado do exercício de funções dirigentes. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Janeiro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 2186/2007

Por despacho do director-geral de 22 de Dezembro de 2006, foi renovada a comissão de serviço no cargo de direcção intermédia de 2.º grau de chefe de divisão de Contabilidade do quadro de pessoal desta Direcção-Geral da licenciada Célia Maria Mendes Soares, por um período de três anos, com efeitos a partir de 30 de Janeiro de 2007, inclusive.

8 de Janeiro de 2007. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.

Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários
e Agentes da Administração Pública (ADSE)

Despacho (extracto) n.º 2187/2007

Por meu despacho de 10 de Abril de 2006 e por despacho do director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 21 de Abril de 2006, foi Ana Paula Vitória Grilo Ferreira, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com efeitos a partir de 18 de Dezembro de 2006.

25 de Janeiro de 2007. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

Despacho (extracto) n.º 2188/2007

Por meu despacho de 29 de Março de 2006 e por despacho do director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 23 de Maio de 2006 foi Maria do Rosário António Manuel, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com efeitos a partir de 18 de Dezembro de 2006.

25 de Janeiro de 2007. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

Despacho (extracto) n.º 2189/2007

Por meu despacho de 2 de Maio de 2006 e por despacho do director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 21 de Novembro de 2006, foi Maria Irene Lopes Carvalho Borbinha, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, com efeitos a 1 de Dezembro de 2006.

25 de Janeiro de 2007. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

Instituto de Seguros de Portugal

Aviso n.º 2438/2007

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 153.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril, torna-se público que a seguradora ZURITEL, S. p. A., com sede em Itália, na Piazza Carlo Erba, 6, 20129 Milão, que exerce a actividade seguradora em Portugal em regime de livre prestação de serviços, foi autorizada a transferir parte da sua carteira de seguros dos ramos não vida para a sucursal em Itália da seguradora Zurich Insurance Ireland, Limited, com sede na Irlanda em Eagle Star House, Ballsbridge, Dublin 4, que exerce a actividade seguradora em Portugal em regime de livre prestação de serviços.

11 de Janeiro de 2007. — O Conselho Directivo: *Fernando Nogueira*, presidente — *Rodrigo Lucena*, vogal.

Serviços Sociais do Ministério das Finanças
e da Administração Pública, I. P.

Aviso n.º 2439/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada nestes Serviços Sociais a lista de antiguidade do pessoal referente a 31 de Dezembro de 2006.

De acordo com o n.º 1 do artigo 96.º do referido decreto-lei, os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

23 de Janeiro de 2007. — O Presidente do Conselho de Direcção, *José António de Mendonça Canteiro*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2190/2007

Considerando que a finalidade global da normalização consiste na melhoria da eficácia das forças militares e acréscimo de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;

Objectivando o indispensável grau de interoperabilidade que deve caracterizar as Forças Armadas, quer no cumprimento das missões específicas e fundamentais de defesa militar do território nacional, quer ao actuarem como instrumento de política externa do Estado, nomeadamente em missões de apoio à paz e outras com integração de unidades em forças multinacionais;

Tendo em vista a satisfação do princípio da normalização, no âmbito da doutrina de operações conjuntas, no seio da OTAN;

Determino que Portugal ratifique o STANAG 2835 Land (ED.02) — «NATO ultraviolet reflecting (UVR) white colour for the camouflage of military equipment in snow environments».

29 de Dezembro de 2006. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Despacho n.º 2191/2007

Considerando que a finalidade global da normalização consiste na melhoria da eficácia das forças militares e acréscimo de eficiência na utilização dos recursos disponíveis;